

A QUALIDADE DO ENSINO BRASILEIRO A PARTIR DO IDEB

THE QUALITY OF BRAZILIAN EDUCATION BASED ON IDEB

Lílian de Oliveira Pereira

Mestranda em Gestão Educacional
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Mônica Tavares França de Lima

Mestranda em Gestão Educacional
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

ISSN: 2594-9950

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v23i2.2271>

Resumo: A avaliação é uma parte importante do processo de ensino-aprendizagem e seus resultados servem como parâmetros para monitorar a qualidade do ensino ofertado, bem como, para a elaboração de estratégias que possam o otimizar. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo compreender a eficácia do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB), em sua fixação de metas e acompanhamento da qualidade do ensino público brasileiro para o aumento da qualidade ofertada pelo ensino público. Para a realização da pesquisa foi utilizado o procedimento metodológico da revisão bibliográfica com abordagem qualitativa. Com a pesquisa pode-se compreender que o IDEB representou significativas mudanças para a melhoria da qualidade ofertada no ensino básico nas esferas estadual e municipal. Compreende-se, assim, que é necessário que haja a fixação de metas para a avaliação educacional, de forma a impactar na qualificação dos profissionais da educação, na infraestrutura escolar e em fatores que perpassam os muros da escola e entram para o campo das políticas públicas de acessibilidade e garantia de direitos para as populações mais vulneráveis, para tanto, o IDEB mostra-se eficaz ferramenta de produção e avaliação de dados que permitem a produção, reformulação e monitoramento da qualidade de ensino, apesar de suas limitações que não consideram a totalidade de aspectos socioeconômicos que podem impactar sobre o desempenho escolar.

Palavras-chave: Avaliação. Qualidade da Educação. Políticas Públicas.

Abstract: Assessment is an important part of the teaching-learning process and its results serve as parameters for monitoring the quality of the teaching offered, as well as for the development of strategies that can optimize it. Thus, this article aims to understand the effectiveness of the Brazilian Education Development Index (IDEB), in its setting of goals and monitoring the quality of Brazilian public education to increase the quality offered by public education. To carry out the research, the methodological procedure of literature review with a qualitative approach was used. With the research it can be understood that the IDEB represented significant changes to improve the quality offered in basic education at the state and municipal levels. It is understood, therefore, that it is necessary to set goals for educational assessment, in order to impact the qualification of education professionals, the school infrastructure and factors that permeate the walls of the school and enter the field of policies accessibility



A Revista *Missioneira* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

and guarantee of rights for the most vulnerable populations, therefore, the IDEB proves to be an effective tool for the production and evaluation of data that allow the production, reformulation and monitoring of the quality of education, despite its limitations that do not consider the totality of socioeconomic aspects that can impact school performance.

Keywords: Evaluation. Quality of Education. Public Policy.

Introdução

Cada vez mais educadores, formuladores de políticas, gestores e especialistas convergem para a necessidade de se estabelecer padrão e critérios para monitorar os sistemas de ensino no Brasil. De acordo com Fernandes (2007) experiências bem-sucedidas de melhoria no desempenho de redes e escolas começam a ser registradas, porém, tratam-se de projetos que servem de forma eficiente somente à locais específicos, mas já apontam a importância do uso de indicadores para monitoramento permanente e medição do progresso dos programas em relação às metas e resultados fixados.

Segundo Aranda e Lima (2014) as importâncias dos indicadores estão intrinsicamente atreladas a busca pela qualidade na educação, que por sua vez, está relacionada a um conjunto de outros temas presentes nas linhas e entrelinhas do PNE 2014-2024, Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014). Assim é possível perceber que é ampla a gama de variáveis que devem ser consideradas no momento de planejar a qualidade da educação, como as políticas educacionais, gestão educacional, gestão escolar, gestão democrática da educação, democracia, cidadania, direito, financiamento da educação, custo aluno, alfabetização na idade certa, qualidade do ensino, qualidade da aprendizagem, qualidade dos insumos pedagógicos.

Villani e Oliveira (2018) explicam que as políticas públicas atuais são cada vez mais produtos de um processo complexo de análise, fundamentado no princípio do *evidence based policies*, isto é, políticas que têm por base conhecimentos e fatos. Essa concepção de política pública se desenvolveu também na área da educação nos diferentes países do mundo, incluindo o Brasil. Sendo assim, os programas de avaliações nacionais e internacionais usam os dados estatísticos como instrumento de produção de avaliação e informação como elementos *objetivos* do processo.

Considerando as necessidades de monitoramento e avanços na qualidade dos sistemas educacionais, em ambiente macro como o Brasil, repleto de peculiaridades socioculturais e, sobretudo, desigual. Formular um instrumento de avaliação que sirva para ser aplicado nacionalmente é uma tarefa desafiadora. Fernandes (2007) explica que atualmente o Brasil tem seus resultados e as metas pré-estipuladas por meio de instrumentos de avaliação da qualidade do ensino.

Para Villani e Oliveira (2018) o Brasil, atualmente, parece apresentar um cenário particular, no que se refere ao contexto das políticas de avaliação em escala mundial, justamente pelo fato de implementar como referência para a qualidade da educação um indicador nacional e um internacional: o IDEB e o PISA. Assim, a padronização de metas de qualidade pode estar produzindo novos desequilíbrios e encobrendo problemas e dificuldades inerentes aos contextos locais que necessitariam atenção.

Nos últimos 10 anos, com a consolidação do IDEB como indicador nacional de medida

de qualidade educativa, assistiu-se na realidade brasileira um processo de standardização, que influencia não somente as ações e escolhas de políticas educativas em nível federal, mas também nos estados e municípios, dada a organização federativa do país.

O IDEB enquanto indicador nacional funciona através da lógica que combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino: a) indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e b) pontuações em exames padronizados obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio). É importante ressaltar que os estudos e análises sobre desempenho educacional raramente combinam as informações produzidas por esses dois tipos de indicadores, ainda que a complementaridade entre elas seja evidente, e, assim, reforça a necessidade de maior comprometimento das instituições de ensino brasileiras nas práticas de programas que auxiliem na melhora da qualidade do ensino ofertado como meta para o alcance de melhores resultados nas avaliações instrumentalizadas pelo governo federal.

De acordo com Villani e Oliveira (2018) o IDEB passa a ser o instrumento indicador de qualidade na educação básica, regulamentado pelo Decreto n.6.094 do ano de 2007. Com o propósito de avaliar o desempenho dos alunos da rede pública de ensino regular, o IDEB, por meio dos resultados da Prova Brasil e a taxa de aprovação referente a cada unidade escolar passa a monitorar resultados e a qualidade da educação pública do nosso país.

Dessa forma, o presente artigo pretende responder o seguinte problema de pesquisa: Qual é a qualidade que almejamos para o nosso sistema de ensino, e como o IDEB contribui para a elevação da qualidade na educação brasileira? O objetivo geral do artigo é compreender a eficácia do IDEB para a elevação da qualidade ofertada pela rede pública de ensino brasileira.

O tema torna-se relevante pela importância de contribuir com as reflexões e debates acerca da educação brasileira, que vivencia novos desafios diante de uma demanda de formação integral pautada em princípios da cidadania, autonomia e reflexão crítica.

Para a realização da pesquisa foi utilizado o procedimento metodológico da revisão bibliográfica com abordagem qualitativa em que autores como: Aranda e Lima (2014), Coelho (2008), Alves e Soares (2013), Fernandes (2007), Villani e Oliveira (2018), entre outros foram consultados, além dos documentos legais que regem a educação nacional.

Revisão de literatura

Na década de 1990 foram realizadas discussões acerca do crescente índice de evasão escolar, repetência e baixa proficiência em alunos da educação básica, verificados por meio de provas sistematizadas. Villani e Oliveira (2018) afirmam que as políticas públicas para a educação adotaram um padrão internacional de produção de informação por meio de análises de dados e estatísticas.

Coelho (2008) explica que na década de 1990 foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para oferecer subsídios para que as políticas públicas da educação fossem avaliadas e assim, pudessem ser inovadas na tentativa de otimização de sua qualidade. No ano de 2005 foi criada a Prova Brasil para avaliar o índice de proficiência dos alunos em matemática e língua portuguesa. Já o IDEB surge no ano de 2007, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e passa a cruzar dados de aprovação das

taxas do Saeb e Prova Brasil com as taxas de aprovação das escolas (COELHO, 2008).

Ainda segundo Villani e Oliveira (2018), usando os resultados da Prova Brasil e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o IDEB passa a ter impacto direto sobre a regulação dos resultados dos estudantes, mas também das práticas dos outros atores escolares, pois interfere nas lógicas organizativas das escolas, incluindo seus arranjos curriculares e o planejamento da gestão. A partir disso, dissemina-se pelo país a regulação por resultados, desde os mais distantes municípios até as grandes capitais, as políticas educacionais passaram a estabelecer metas e a negociar sua realização com as escolas.

O efeito que passa a ter o IDEB a partir daí sobre a definição das políticas públicas educacionais passando por todas as instâncias, do Ministério da Educação à direção da escola, é algo observado como uma tendência internacional que se consuma com o PISA. O exame internacional *Program for International Student Assessment* (PISA), desenvolvido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um dos programas de avaliação internacional mais desenvolvido e aplicado no mundo (VILLANI; OLIVEIRA, 2018).

A particularidade do PISA é a utilização do *Item Response Theory* (IRT), em português, Teoria de Resposta ao Item (TRI). Este método oferece a possibilidade de aplicar a prova generalizando o valor preditivo dos desempenhos, sem obrigar a aplicação da prova inteira. O uso desse método permite sobressair as problemáticas de aplicação do teste. A TRI é uma avaliação em que as propriedades técnicas produzem resultados que mudam em função da amostragem, desenvolve assim, instrumentos de medida cuja característica é de não ser influenciada por um grupo de referência, e isso passa a definir a escala absoluta (PINI, 2012).

Sendo assim, compreende-se que a implantação do IDEB possibilitou a análise de dois fatores essenciais para a avaliação do ensino no sistema brasileiro, sendo estes: o fluxo escolar que considera a evasão e a repetência e o desempenho nas avaliações (FERNANDES, 2007).

Villani e Oliveira (2018) afirmam que os resultados produzidos pelo IDEB possibilitam uma sintetização dos resultados pedagógicos produzidos pelo INEP, viabilizando, assim, a possibilidade de criação de metas e padrões de qualidade para o sistema educacional. As escolas e secretarias da educação têm nas médias produzidas pelo IDEB seus parâmetros e objetivos a serem atingidos para garantir a qualidade do ensino.

Villani e Oliveira (2018) explicam, ainda, que a partir das metas e parâmetros produzidos pelo IDEB são estabelecidas políticas públicas para alcançar melhores padrões de qualidade para o ensino, baseando-se nas médias dos países desenvolvidos.

Coelho (2008) afirma que a avaliação sistemática indica um alto controle da educação pelo Estado, porém, de forma híbrida, a qual as escolas, em teoria, são autorreguláveis e autônomas. Para considerar os fatores de desempenho junto ao resultado do IDEB é necessário, assim, compreender todo um conjunto de fatores que perpassam os resultados sistemáticos e atuam no contexto social e econômico a qual a escola se insere.

Alves e Soares (2013) defendem que o ensino só pode ser medido por parâmetros de qualidade pré-estipulados se consideradas às condições desiguais entre unidades escolares para o alcance das metas estipuladas, sendo assim, o IDEB não corresponderia a totalidade de fatores e contextos que deveriam ser considerados para uma correta avaliação da qualidade do ensino.

Bem como, Villani e Oliveira (2018) que defendem que a criação do IDEB pelo INEP

e a padronização de qualidade por valores internacionais tendem a manter um desequilíbrio e encobrindo problemas sociais e desigualdade de oportunidades e infraestruturas enfrentadas pelas diversas Instituições de Ensino do Brasil.

No entanto, Aranda e Lima (2014) afirmam que na comparação dos resultados do IDEB anualmente, nota-se que há um gradativo progresso das escolas na busca para alcançar os padrões de qualidade instituídos pela avaliação, de forma a se reestruturarem para a melhora do desempenho no IDEB.

Fernandes (2007) afirma que o IDEB representou uma inovação no sistema avaliativo educacional brasileiro contribuindo para a elevação da qualidade de ensino ofertado pelas Instituições. Nota-se assim, que os debates acerca da eficácia do IDEB na contribuição da elevação da qualidade do ensino ainda são controversos e apontam para a necessidade do aperfeiçoamento do sistema diante da realidade educacional brasileira.

Considerações finais

A partir do estudo realizado foi possível compreender que o instrumento avaliativo IDEB, criado pelo INEP, é um instrumento eficaz a partir de sua concepção de cruzamento de dados sobre o fluxo escolar e o desempenho das avaliações aplicados às instituições de ensino públicas do Brasil. Porém, cabe lembrar que a qualidade da educação do ensino público, legalmente registrado na Constituição Federal Brasileira de 1988, é integrante também de um sistema de valores de uma determinada sociedade, por isso suscetível a um projeto de sociedade que não o projeto que se quer e que se almeja, logo, há de se considerar para além dos resultados dos indicadores de desempenho.

Os resultados deste estudo apontam para um questionamento inevitável: Qual é a qualidade que almejamos para o sistema educacional brasileiro? Segundo Fernandes (2007), estamos ainda em busca dessa resposta, ou, pelo menos distante de algo ideal, pois um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados.

Por seu lado, um sistema em que os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso eles aprendam muito pouco. Em suma, um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem.

De acordo com Aranda e Lima (2014) a qualidade na educação perpassa pelos limites e possibilidades da dinâmica pedagógica, econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade, portanto, é elemento partícipe das relações sociais mais amplas. Dessa forma, cada vez mais é necessário que se discuta com a sociedade, principalmente, com os trabalhadores em educação, sobre a qualidade de ensino que estamos em busca.

Para tanto, as instituições de ensino investem em meios de promoção de qualificação para os profissionais da educação e infraestrutura escolar para ampliar e garantir a qualidade do ensino ofertada de acordo com os padrões previstos pelo IDEB. Porém, dentro da proposição do

IDEB não há a previsibilidade de padrões socioculturais enquanto indicadores que impactam de forma expressiva os resultados apontados.

Como ressalta a literatura, o método ainda se mostra limitado diante a complexidade das configurações sociais e econômicas da realidade nacional, cuja vulnerabilidade social impacta diretamente no desempenho educacional. Pode-se afirmar que, apesar de ser um avanço e representar um instrumento que visa a melhoria da qualidade do ensino no Brasil, o IDEB ainda necessita de aperfeiçoamento em seus métodos para abranger a totalidade dos aspectos que influenciam na qualidade educacional.

Assim, é possível concluir afirmando que o IDEB cumpre seu papel enquanto indicador nacional da qualidade dos sistemas educacionais brasileiros, pois de fato, monitora e produz dados estatísticos ao que se propõem. Porém, nosso problema ainda reside nas altas taxas de repetência, na elevada proporção de adolescentes que abandonam a escola sem concluir a educação básica e na baixa proficiência obtida por nossos estudantes em exames padronizados.

Se considerarmos a amplitude dos indicadores desagregadores da qualidade dos sistemas educacionais públicos brasileiros, podemos afirmar que o IDEB é insuficiente, e, até ineficiente. Certamente a qualidade de educação que almejamos para nosso país vem de encontro a um cenário onde crianças e adolescentes, que se encontram em idade escolar, estivessem dentro das salas de aula, e que lá permanecessem até concluírem a Educação Básica.

Concluo, portanto, deixando a reflexão sobre a necessidade de se desenvolver um indicador de qualidade da educação básica que compile tanto as informações de desempenho em exames padronizados, como informações sobre fluxo escolar, pensado e planejado para avaliação em escala macro, levando em consideração as dimensionalidades socioculturais do território onde será aplicado.

Os programas de avaliações nacionais e internacionais usam os dados estatísticos como instrumento de produção de avaliação e informação como elementos objetivos do processo. Assim, desenvolvem uma relação entre estatística e política pública dos indicadores e de seus desempenhos em diversos países do mundo.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), é um estudo comparativo internacional, mais desenvolvido e aplicado no mundo, realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O programa PISA é reconhecido em nível internacional como produtor da maior quantidade de conhecimento sobre o sistema educativo de muitos países no mundo. O PISA é um dispositivo baseado sobre o conhecimento e gerador de conhecimento, que combina componentes sociais e técnicos, participa do estabelecimento de regras pela coordenação e o controle da ação pública em educação.

A OCDE é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que representa uma estruturação formada por 36 países, com o objetivo de coordenar políticas econômicas entre eles, além de parceiros estratégicos dedicados ao desenvolvimento econômico. Os membros pretendem discutir políticas públicas e econômicas que os orientem. A OCDE conseguiu produzir um discurso político internacional baseado sobre as classificações e as avaliações internacionais. Assim, é importante compreender que o PISA desenvolve duas funções na construção do discurso político internacional: uma econômica e outra educativa (Pettersson; 2008; 2014). Com a criação do IDEB em 2007, no bojo do Plano de Desenvolvimento da

Educação (PDE), referência para o planejamento e orientação de políticas e financiamento público para a educação em âmbito nacional, tem-se a consumação da lógica econômica para a gestão e organização da educação pública.

Criado em 1937 durante o governo Vargas, INEP é um Instituto Federal vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Sua finalidade é monitorar (envolvendo avaliações de desempenho, pesquisas, modernização e garantia de melhorias) de toda a rede educacional do país. A missão do INEP é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Sendo assim, ele foi criado para realizar um conjunto de objetivos referentes ao sistema de educação nacional. Com tendências a desenvolver pesquisas, o ponto forte do INEP é identificar questões da educação nacional que precisam ser melhoradas, buscando assim soluções por meio de estudos estatísticos e atualizações de cunho pedagógico.

Outra finalidade importante é a de procurar parcerias com instituições de ensino internacionais, viabilizando intercâmbio de alunos de graduação (por exemplo, o Programa Ciência sem Fronteiras) e a capacitação de professores em universidades estrangeiras. A prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é de inteira responsabilidade do INEP, criada no ano de 1998, com o principal objetivo de avaliar o desempenho dos alunos do Ensino Médio. A trajetória do ENEM de 1998 até hoje evidencia um ótimo exemplo de atuação do INEP. Isso porque, inicialmente, o exame foi elaborado com a finalidade única de avaliação da qualidade do Ensino Médio brasileiro. Entretanto, com o passar dos anos e naturais mudanças de cenário (populacional, logístico, pedagógico), o INEP constatou a necessidade de realizar adaptações, ou seja, se hoje o ENEM tem a sua visibilidade nacional e boa credibilidade, com certeza é por causa dos resultados de pesquisas e busca por modernização por parte do INEP.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), é um programa de avaliação de desempenho dos alunos da Educação Básica que foi criado em 1990. O SAEB consiste em um conjunto de testes externos (aplicados a cada 2 anos) em larga escala, e atualmente é realizado por alunos do 5º ano, 9º ano e 3ª série do Ensino Médio, englobando tanto estudantes da rede pública como privada.

Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC, popularmente conhecida como prova Brasil, nada mais é do que fruto de uma reestruturação do SAEB, ou seja, é um dos testes que compõem as avaliações SAEB. Criada em 2005, a prova Brasil avalia os conhecimentos dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, sendo destinadas a estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA) é uma avaliação que tem como finalidade ser a referência de educação para adultos e jovens. Esse exame é muito procurado por adultos que não tiveram a oportunidade de estudar quando jovens, uma vez que o bom desempenho no ENCEJA pode garantir a certificação de conclusão tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), é a ferramenta que o Governo Federal encontrou para avaliar a qualidade do Ensino Superior do país, por meio de uma prova (a cada 3 anos por curso) destinada aos alunos que estão no último ano de graduação. O ENADE não se restringe aos alunos de instituições públicas, portanto, todos os alunos da rede privada de Ensino Superior o fazem igualmente.

Criado em 2009, o Sistema de Seleção Unificada (SISU) nada mais é do que a maneira que o Governo Federal encontrou de unificar os processos seletivos de grande parte das universidades públicas do país. O SISU é uma plataforma online em que o estudante (a partir da sua nota do ENEM) consegue concorrer às vagas de graduação ofertadas pelas centenas de universidades públicas do Brasil.

O Censo Escolar não se trata de um exame. É um conjunto de pesquisas e coleta de informações da rede de Educação Básica, fundamentado principalmente a partir de modelos estatísticos. É com esse criterioso levantamento que o governo mapeia qual é o perfil de aluno presente na atual rede de ensino, especificando tanto dados pedagógicos de aprendizagem quanto características socioeconômicas. Esse estudo é extremamente importante, pois, com ele o INEP consegue fazer a leitura correta do atual cenário educacional brasileiro, identificando, por exemplo, taxas de evasão, regiões onde há escolas precárias e índices de alfabetização.

O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeira – Revalida, como o próprio nome sugere, é uma prova destinada a médicos que se formaram fora do país e que desejam atuar na medicina brasileira. Aplicado em sua primeira versão no ano de 2011, o Revalida desempenha importante papel para a sociedade, uma vez que viabiliza a atuação de mais profissionais da área da saúde no país.

Portanto, fica fácil perceber a relevância que o INEP representa para todo o sistema educacional brasileiro, buscando melhorias e modernizações por meio de pesquisas e avaliações. Cabe destacar também que mesmo sendo uma instituição pública, o INEP também demonstra sua grande utilidade para as instituições privadas, ou seja, para toda a sociedade.

O Duplo Papel do INEP como ator Nacional e Internacional da Política Educativa no cenário da Educação no Brasil

I - O objetivo principal do INEP no Brasil é acompanhar o trabalho do MEC;

II – No INEP há várias diretorias, mas entre as diretorias, destaca-se a Diretoria de Avaliação da Educação Básica - DAEB, responsável por toda implementação das estratégias de avaliação da educação básica no país;

Os indicadores de desempenho educacional utilizados para monitorar o sistema de ensino no País são:

a) indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão)

b) pontuações em exames padronizados obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio).

Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre o PISA e o IDEB

- Com a adesão do PISA no Brasil, em outubro de 2013, tem-se uma dimensão da educação com competências globais.

- existem elementos de desalinhamento entre o IDEB e o PISA, sob o ponto de vista estatístico:

I - O IDEB é construído a partir dos resultados das proficiências baseadas sobre o conhecimento do currículo escolar brasileiro;

II - Enquanto o PISA, é construído a partir de uma prova elaborada para avaliar as competências dos alunos no campo da leitura, da ciência e da matemática.

Avaliação confiável entre PISA e IDEB

Para se obter um resultado real e confiável, seria necessário utilizar o mesmo instrumento nas duas provas, para assim avaliar a proficiência dos alunos.

O IDEB obteve sucesso como fator de qualidade no contexto acadêmico, político e escolar, com grande destaque, sendo utilizado atualmente, como único indicador de referência da qualidade do ensino brasileiro.

Apesar de o PISA ter sido incluído na legislação educacional brasileira, ele tem maior adesão entre gestores que aderiram à Nova Gestão Pública, por incentivar a promoção de uma educação competitiva, no sentido de qualidade escolar.

Outra característica que vale a pena ressaltar é em relação ao uso dos dados do PISA e do IDEB, que é feito entre as redes públicas e as escolas privadas. Fica evidenciada a discrepância que existe entre esses dois segmentos, dada a desigualdade que é observada na oferta do ensino, sobretudo nas redes públicas. Refletindo com isso, na média do desempenho do PISA, onde as escolas privadas apresentam um desempenho médio que supera a média do PISA. Assim sendo, pode-se perceber que o PISA faz mais sentido, com uma importante avaliação de referência para as escolas privadas que para as redes públicas.

Portanto, apesar dos esforços do Brasil no âmbito das políticas públicas educativas, em implementar indicadores nacional e internacional para uma avaliação em escala mundial, o sistema educativo brasileiro está longe de ser o ideal. O papel desses indicadores é o de padronizar os procedimentos, as ações e valores em um cenário que apresenta diversidade e desigualdade no âmbito escolar, principalmente como é o caso do Brasil.

Desse modo, a qualidade do sistema escolar brasileiro está sendo dissimulada com indicadores de padrões e metas de qualidade que não são condizentes com a realidade atual e, que podem ir na contramão, gerando desequilíbrios e disfarçando deficiências específicas em relação a ambientes desfavoráveis que requerem uma maior atenção.

Melhorar o desempenho dos alunos no IDEB não é uma tarefa fácil, mas observa-se que algumas ações são necessárias para transformar esse cenário tão desafiador. Ações como investir na formação continuada dos professores, torna-se essencial para se obter um bom resultado; promover capacitações com metodologias ativas, ações inovadoras como o ensino híbrido e o uso de ferramentas tecnológicas terão um impacto direto no desempenho escolar dos alunos.

Outra ação importante é implementar tecnologias educacionais nas salas de aula, fornecendo tablets, notebooks e uma internet de qualidade ao alcance de todos, para ofertar um aprendizado personalizado e um ensino eficiente e tecnológico.

Também, promover um ensino com habilidades socioemocionais é de suma importância, com profissionais capacitados como psicólogos e assistentes sociais, para acolher com empatia e solidariedade a todos, criando uma rede de apoio com escutas atentas, para colaborar no desenvolvimento e comportamento dos alunos.

Bem como, monitorar e fazer avaliação contínua com alunos para identificar as dificuldades de aprendizagem, tentando suprir essas lacunas com estratégias como aplicação de provas periódicas, estabelecendo canais diretos com alunos, pais e professores por meio de plataformas digitais e a divulgação de boletins.

Por último e não menos importante, é preciso haver o engajamento de toda comunidade

escolar e o envolvimento dos pais e responsáveis nessas ações. Quando a família se une à comunidade como agente educador, o resultado é bastante promissor. Fortalecendo os laços e potencializando o apoio aos alunos para estreitar esse vínculo. É necessário estabelecer uma comunicação eficiente com a comunidade, promover feiras escolares e eventos pedagógicos, envolvendo todos os responsáveis. Ainda, oferecer projetos sociais como oficinas culturais, hortas escolares e campanhas educativas de cidadania.

Portanto, para se obter resultados promissores e garantir uma trajetória de crescimento no IDEB, é preciso estabelecer um compromisso com o avanço tecnológico e o suporte apropriado, para ultrapassar os desafios e construir um futuro educacional mais próspero, equitativo e esperançoso para todos.

Referências

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. **Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional.** In: Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 177-194, jan./mar. 2013.

ARANDA, Maria Alice de Miranda; LIMA, Franciele Ribeiro. **O Plano Nacional de Educação e a Busca pela Qualidade Socialmente Referenciada.** Revista Educação e Políticas em Debate, v. 3, n. 2, p. 291-313, ago./dez., 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico, Resultado do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica 2005-2015.** Brasília: INEP, 2015.

COELHO, Maria Inês de Matos. **Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios.** In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 229-258, abr./jun. 2008.

IDEB. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Formação em Ação, 2012. Disponível em: http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/File/CIENCIAS_IndicedeDesenvolvimentodaEducaçãoBásica.pdf Acesso em: 26 julho 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar, 1998. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=19141&version=1.0 >. Acesso em: 26 julho 2021

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).** Brasília: Ministério da Educação/ Instituto de Pesquisa Aplicada Anísio Teixeira, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **O Governo das Escolas e a Nova Gestão Pública.** In: LIMA, Licínio; SA, Vírginio. O Governo das Escolas: democracia, controle e performatividade. Famacão: Editora Húmus, 2017. P. 61-86.

PINI, Gianreto. À Propos de la Théorie des réponses aux items: le cas d'items dichotomiques. Genebra: Groupe-Edumétrie, 2012. Disponível em: <Disponível em: https://www.irdp.ch/data/secure/1952/document/TRI_DICHO.pdf >. Acesso em: 25 jun. 2021. <https://www.irdp.ch>

ch/data/secure/1952/document/TRI_DICHO.pdf

VILLANI, Marialuisa; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Avaliação Nacional e Internacional no Brasil: os vínculos entre PISA e o IDEB.** In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1343-1362, out./dez. 2018.

ROCHA, Cristina Nunes; NOVAES, Ana Maria Pires; AVELAR, Kátia Eliane Santos. **Análise do desempenho da educação brasileira baseada nos indicadores oficiais PISA E IDEB.** LexCult, Rio de Janeiro, ISSN 2594-8261, v.4, n.3, set./dez. 2020, p. 71-92 92.